

A preocupação dos banqueiros: quem estará no próximo governo

Há três coisas que precisam ser analisadas, à luz de impressões que estão sendo colhidas aqui nos bastidores da assembleia do FMI, mais do que por meio de informações concretas. Uma delas é a atitude do governo brasileiro e, em geral, de funcionários do FMI quando se menciona a possibilidade de ser rejeitado no Congresso o Decreto-Lei nº 2.045.

A outra é por que o Brasil não teve representantes na reunião que resultou na formalização de um compromisso tripartite para resgatar nossas finanças, a saber: bancos privados, governos, instituições multilaterais.

A terceira é por que esse resgate abrange período tão curto, de um ano e meio, e por que permanece sendo estritamente financeiro, sem abrir perspectivas econômicas, ou seja, em bases mais sólidas.

Hoje, na entrevista coletiva, o ministro Ernane Galvêas voltou a dizer como sempre, que o governo vai fazer força para aprovar o 2.045 tal como está, mesmo que seja por decurso de prazo. Se ele não for aprovado vamos sentar e ver qual o outro caminho, disse Galvêas, acrescentando que isso cabe ao presidente Figueiredo decidir.

Bem, o que está claro é que o governo tem, de fato, alternativas já definidas para o caso do decreto ser rejeitado. Só que nem seus funcionários nem os do FMI mencionam as alternativas que foram aventadas — muito menos as que já são consideradas mais viáveis — simplesmente porque isso enfraqueceria a força que está sendo colocada na aprovação do 2.045.

Diante de uma alternativa, por exemplo, de demissões nas estatais ou fechamento de empresas para manter o déficit do setor público nos limites prescritos pelo programa de "ajuste", parte significativa do ônus político do chamado ajuste ficaria com o Poder Executivo. Ao passo que a ratificação pelo Congresso da fórmula salarial dividiria esse ônus com o Legislativo.

Diante disso, toda a pressão está sendo feita na direção do compartilhamento da responsabilidade de adotar uma política de "ajuste" moldada pelo figurino do FMI. O executivo não quer ficar sozinho nessa berlinda, quanto ao segundo ponto.

O fato de o Brasil não ter tido representantes na reunião dos banqueiros com o FMI não deve ser considerado como aviltante ou humilhante ou atentatório à nossa soberania. Tudo isso é rematada tolice. Trata-se de um negócio financeiro. Nesse negócio quem entra com o dinheiro, isto é, os bancos privados, os governos, e as instituições multilaterais, tem que acertar as participações mútuas. É natural que, nesse processo de repartição dos compromissos, há muitas recriminações e observações que não poderiam ser feitas livremente na presença de quem vai receber o dinheiro. De modo que a ausência do Brasil, a meu ver, teve mais o propósito de deixar que eles decidissem à vontade a repartição do pacote. Se eles estivessem empenhados em ferir nossa soberania, ou empenhados em qualquer conspiração do gênero, poderiam simplesmente fazer a reunião em absoluto sigilo e não soltar nenhum comunicado.

O terceiro ponto tem como resposta o seguinte: o tratamento dispensado ao Brasil continuará tendo esse formato apenas financeiro e essa característica meramente conjuntural enquanto o perfil do novo governo brasileiro não for conhecido.

Essa era uma especulação que eu tinha na cabeça ao sair do Brasil, mas que agora está fundamentada em diversos depoimentos colhidos aqui, junto a representantes de bancos privados.

Entre o pessoal do FMI tal preocupação não existe. A razão é simples. Os tecnocratas do FMI estão negociando com 42 governos diferentes no momento, e já têm uma longa tradição histórica de tratar com todos os tipos de regimes. Não interessa, para eles, quem é o governo de plantão e na verdade, se houver problemas nada mais têm a fazer a não ser suspender as parcelas — não perdem nada, já que o próprio país, como sócio do FMI, é que acabará perdendo se der o calote.

Já com os bancos privados é diferente. São neófitos nessa espécie de dificuldade. Eles sabem que é muito fácil e geralmente muito popular, para governos soberanos, deixá-los na mão.

Por isso, antes de falar numa negociação mais definitiva e menos apertada em termos de prazos com o Brasil, gostariam de saber quem estará do outro lado da mesa pelos próximos anos.

Marco Antônio Rocha,
enviado especial.